

**Aviso DRH – 08/2024**

Procedimento concursal ao abrigo do Código do Trabalho para recrutamento de  
1 (um) Técnico Superior para a Escola Técnica Superior Profissional do IPCA, em regime de contrato de  
trabalho, a termo resolutivo incerto

Nos termos dos n.ºs 5 e 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 63/2018, de 6 de agosto, dos artigos 19.º e seguintes do Regulamento de Carreiras, Recrutamento e Contratação de Pessoal Técnico e de Gestão do IPCA ao abrigo do Código do Trabalho, n.º 304/2019 (2.ª série), publicado no Diário da República n.º 64 de 1 de abril, e do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na redação atual, torna-se público que se encontra aberto um processo de recrutamento e seleção ao abrigo do Código do Trabalho, com vista ao preenchimento de **1 (um) posto de trabalho** previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Politécnico do Cávado e do Ave, em regime de contrato de trabalho ao abrigo do Código do Trabalho a termo incerto, para exercer funções de Técnico Superior para a Escola Técnica Superior Profissional.

**1. CONTEÚDO FUNCIONAL:**

Exercício de funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que envolvam especificamente:

- a) Apoiar no funcionamento dos laboratórios de Design de Moda, existentes nos polos de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão, promovendo a utilização adequada e em segurança dos diferentes equipamentos industriais que os integram, bem como garantir a manutenção dos equipamentos gerindo o contrato realizado com a empresa para esse efeito;
- b) Controlar a qualidade do fornecimento dos materiais consumíveis para as aulas práticas dos CTeSPs de Design de Moda e da Pós-Graduação em Design Têxtil e de Moda, e gerir o seu armazenamento adequado bem como as existências, promovendo o controlo de stocks e manutenção das quantidades adequadas em parceria com a Direção dos Cursos e os serviços administrativos da ETeSP e ESD;
- c) Coordenar tecnicamente as atividades de higiene e segurança no trabalho em articulação com a entidade externa a quem foram contratados serviços nesta área, acompanhamento, controlo e apoio na implementação das medidas recomendadas na sequência de inspeções e auditorias realizadas;
- d) Assegurar funções de planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, de modo a promover a prevenção de riscos e doenças profissionais;
- e) Assegurar a gestão do sistema de prevenção de riscos profissionais;

- f) Assegurar a organização e atualização da informação necessárias à gestão da prevenção;
- g) Elaborar pareceres técnicos nos domínios da promoção de condições de Saúde e Segurança no Trabalho e da prevenção dos riscos profissionais;
- h) Promover boas práticas ambientais e comportamentais, através de ações de sensibilização e/ou formação no âmbito do ambiente e da segurança;
- i) Promover o bom funcionamento da área técnica/apoio aos Laboratórios de apoio ao ensino e de investigação;
- j) Colaborar no planeamento e gestão de equipamentos comuns (verificação/manutenção/calibração) utensílios e consumíveis;
- l) Assegurar a implementação de medidas de redução de consumo de recursos e de promoção da economia circular;
- m) Colaborar com os serviços competentes no estudo, planeamento e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, na área da sustentabilidade (inclui a elaboração de pareceres técnicos);
- n) Assegurar o cumprimento de requisitos legais no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho e na área do ambiente (inclui reportes oficiais de informação);
- o) Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns;
- p) Colaborar na execução física e financeira dos projetos financiados da responsabilidade da ETeSP.

## **2. MODALIDADE DO TIPO DE VÍNCULO:**

Contrato de trabalho ao abrigo do Código do Trabalho a termo incerto por não configurar uma necessidade permanente de serviço, enquanto se mantiver a necessidade de execução das tarefas associadas as atividades na área formativa, e sobretudo no âmbito do financiamento dos cursos TESP, que neste momento não é possível concretizar com a necessária certeza em termos de permanência ou durabilidade, com o fundamento no disposto nas al.s g) e h) do n.º 2 do artigo 140.º, do Código do Trabalho.

## **3. REQUISITOS DE ADMISSÃO:**

- 3.1.** Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- 3.2.** 18 anos de idade completos;
- 3.3.** Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- 3.4.** Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- 3.5.** Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

#### **4. REQUISITOS GERAIS DE ADMISSÃO:**

Possuir o grau de licenciatura numa das seguintes áreas: Engenharia Têxtil ou outra área afim, desde que com comprovada experiência profissional relevante na área das funções a desempenhar.

#### **5. OUTROS REQUISITOS:**

São privilegiados os candidatos que sejam detentores de:

- Sólidos conhecimentos de informática na ótica de utilizador;
- Disponibilidade para deslocações;
- Capacidade de planeamento e organização;
- Elevado sentido crítico e de responsabilidade e forte capacidade analítica;
- Autonomia e capacidade para encontrar soluções adequadas e inovadoras;
- Boa capacidade de comunicação, tanto oral como escrita;
- Espírito de entreajuda, boa disposição e capacidade para trabalhar em equipa;

#### **6. LOCAL DE TRABALHO:**

O local de trabalho será nas instalações do Campus do IPCA, sitas no Campus do IPCA, Vila Frescaíña S. Martinho, Barcelos ou em outro local da região do Cávado e do Ave onde o IPCA tenha extensão educativa, nomeadamente nos polos de Braga, Esposende, Famalicão, Guimarães e Vila Verde.

#### **7. PERÍODO NORMAL DE TRABALHO:**

O período normal de trabalho diário e semanal encontra-se definido no Regulamento de Carreiras, Recrutamento e Contratação de Pessoal Técnico e de Gestão do IPCA e no Código do Trabalho.

#### **8. RETRIBUIÇÃO:**

Correspondente à da carreira de Técnico Superior, para a 2.ª posição, nível 21A, da respetiva categoria/carreira, nos termos do art.º 13 e do anexo II, do Regulamento interno aplicável, acrescido do direito ao subsídio de refeição de valor igual ao fixado para os trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas. É requisito preferencial a experiência profissional em funções anteriores.

#### **9. PRAZO DE VALIDADE:**

Nos termos do artigo 19.º, n.º 4 do Regulamento n.º 304/2019, será constituída uma reserva de recrutamento pelo período de 6 meses, eventualmente renovável por períodos iguais, até ao limite máximo de 18 meses, contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

#### **10. MÉTODOS DE SELEÇÃO:**

##### **10.1 Métodos e ponderação**

- a) - Avaliação curricular (AC) - 50%
- b) - Entrevista profissional de seleção (EPS) - 50%

A classificação final dos candidatos será expressa de zero a vinte valores e efetuar-se-á pela aplicação das fórmulas seguintes:

$$CF = AC*50 \% + EPS*50 \%$$

em que:

CF = Classificação final

AC = Avaliação curricular

EPS = Entrevista profissional de seleção

## **10.2. Aplicação dos métodos de seleção**

Os parâmetros da avaliação e respetiva ponderação dos métodos de seleção constam de ata de reunião do Júri, bem como os critérios de ordenação preferencial em caso de empate, a facultar aos candidatos sempre que solicitada.

Serão excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhe sendo aplicado o método seguinte, bem como os candidatos que não compareçam, por motivo não legalmente justificado, ou desistam de a qualquer um dos métodos de seleção.

## **10.3. A Avaliação Curricular (AC):**

A avaliação curricular com uma ponderação de 50%, visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica; a formação em áreas relacionadas com as funções do cargo a ocupar; experiência profissional no exercício de funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício seja exigível uma licenciatura e experiência profissional no exercício de funções em áreas relacionadas com as funções do cargo a ocupar, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar. A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Considerando o posto de trabalho a ocupar, serão avaliados e ponderados os seguintes elementos:

$$AC=(20\% \times HA)+(20\% \times FP)+(25\% \times EPG)+(35\% \times EPE)$$

Sendo:

HA: Habilitação Académica

FP: Formação Profissional

EPG: Experiência Profissional Geral

EPE: Experiência Profissional Específica

Para cada um dos elementos constantes da fórmula atrás referida, serão considerados e ponderados os seguintes fatores:

- a) Na **Habilitação Académica (HA)** será ponderada a titularidade de grau académico ou nível de qualificação equivalente certificado pelas entidades competentes. O júri deliberou atribuir a classificação máxima de 4 valores, que corresponde a uma percentagem de 20% (vinte por cento) da classificação máxima total. A avaliação curricular terá caráter eliminatório no que diz respeito à licenciatura, tendo o júri deliberado, por unanimidade, que serão admitidos os candidatos que

possuam Licenciatura na área da Engenharia Têxtil ou em outra desde que com comprovada experiência profissional relevante na área das funções a desempenhar e que a ponderação será calculada da seguinte forma:

	<b>Licenciatura*</b> <b>(3 anos)</b>	<b>Licenciatura (5 anos) ou</b> <b>Mestrado Integrado*</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutoramento</b>
<b>Ponderação</b>	16% x nota da licenciatura  A nota deve ser normalizada de 0-20 valores.	17% x nota da licenciatura ou nota do mestrado integrado  A nota deve ser normalizada de 0-20 valores.	+ 0,4 valores	+ 0,2 valores

\* Desde que em Engenharia Têxtil ou outra área afim, desde que com comprovada experiência profissional relevante na área das funções a desempenhar.

- b) **Formação Profissional (FP) e ações de formação:** serão ponderadas as ações de formação/seminários/*workshops*/sessões de informação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional e com o cargo a ocupar. O júri decidiu considerar exclusivamente as ações de formação relevantes, ou seja, aquelas que incidem sobre a aquisição de conhecimentos e competências diretamente relacionadas com a área funcional do posto de trabalho a ocupar, desde que devidamente comprovadas. O júri deliberou atribuir a classificação máxima de 4 valores, que corresponde a uma percentagem de 20% (vinte por cento) da classificação máxima total, pontuando os candidatos de acordo com a seguinte tabela:

Sem formação	0 valores
<30 horas de formação relevante	12 valores
≥ 30 horas e < 50 horas de formação relevante	14 valores
≥ 50 horas e < 80 horas de formação relevante	16 valores
≥ 80 a < 100 horas de formação relevante	18 valores
≥ 100 horas de formação relevante	20 valores

b1) No caso de o certificado da ação de formação não conter a indicação do número de horas será considerado que um dia de formação/*workshop*/seminários corresponde a 7 (sete) horas e uma semana a 35 (trinta e cinco) horas.

c) **Experiência Profissional (EP):** será ponderada a execução de atividades ou o desempenho efetivo de funções na área de atividade ou área afins para a qual é aberto o concurso. O júri deliberou por unanimidade, atribuir a classificação global máxima de 12 valores, correspondendo a uma percentagem total de 60% (sessenta por cento) da classificação total, por entender que o exercício efetivo de uma função assegura a aquisição de competências, métodos e técnicas que proporcionam conhecimento e conduzem a uma boa prática profissional e melhor adaptação ao posto de trabalho. O júri deliberou, por unanimidade, ponderar a experiência profissional geral e a experiência profissional específica, do seguinte modo:

c1) **Experiência Profissional Geral (EPG)** – considera-se a experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias na área para a qual é aberto o concurso, pontuando os candidatos de acordo com a seguinte tabela:

Experiência profissional geral < 6 meses de serviço	0 valores
Experiência profissional geral ≥ 6 meses e < 3 anos de serviço	10 valores
Experiência profissional geral ≥ 3 anos e < 6 anos de serviço	14 valores
Experiência profissional geral ≥ 6 anos e < 10 anos de serviço	16 valores
Experiência profissional geral ≥ 10 anos de serviço	20 valores

c2) **Experiência Profissional Específica (EPE)** – consideram-se os anos de experiência no exercício de funções em áreas relacionadas com o cargo a ocupar ou equivalentes no âmbito de instituições de ensino superior ou similares, pontuando os candidatos de acordo com a seguinte tabela:

Sem experiência profissional específica	0 valores
Experiência profissional específica > 0 anos e < 4 anos	10 valores
Experiência profissional específica ≥ 4 anos e < 10 anos	15 valores
Experiência profissional específica ≥ 10 anos	20 valores

#### **10.4. Entrevista profissional de seleção (EPS):**

Visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o júri e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

A entrevista profissional de seleção terá a duração máxima de 30 (trinta) minutos e cada subfactor será avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, sendo o resultado obtido através do cálculo da média aritmética ponderada das classificações dos subfatores que a seguir se elencam, com arredondamento até à centésima:

- a) **Motivação e interesse pelo lugar (MIL):** correlacionar-se-ão as motivações dos candidatos face ao conteúdo e exigências do posto de trabalho em que se inserirão. Considerar-se-á ainda o empenho em uma ou mais (adequadas) situações profissionais, tendo em conta a sua preparação académica, formação profissional e vivência profissional que sejam pressupostos de garantia de uma maior adaptação às funções a prover;
- b) **Capacidade de expressão, argumentação e fluência verbal (CEAFV):** capacidade de expressão verbal com desenvolvimento harmonioso ou esquema de intervenção, atenta a sequência lógica de raciocínio, riqueza de expressão verbal e fluência;
- c) **Sentido de trabalho em equipa (STE):** conhecimento real das vantagens e inconvenientes do trabalho vivido no desenvolvimento das experiências profissionais do candidato, por um lado, e apreciar a capacidade dos candidatos de trabalharem em grupo, por outro;
- d) **Compatibilidade com o perfil do posto de trabalho (CPPT):** se o perfil dos candidatos se enquadra nos conhecimentos, experiência, competências, atitudes e valores requeridos para o posto de trabalho a prover.

A classificação da Entrevista Profissional de Seleção é obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$EPS = 25 \%MIL + 25 \%CEAFV + 25 \% STE + 25 \%CPPT$$

A avaliação será feita de acordo com a seguinte grelha:

Fatores	Elevado	Bom	Suficiente	Reduzido	Insuficiente
	20 valores	16 valores	12 valores	8 valores	4 valores
Motivação e interesse pelo lugar (MIL)					
Capacidade de expressão, argumentação e fluência verbal (CEAFV)					
Sentido de trabalho em equipa (STE)					
Compatibilidade com o perfil do posto de trabalho (CPPT)					

#### **11. PRAZO DE CANDIDATURA:**

O prazo para a apresentação de candidaturas é fixado em 10 dias úteis a contar da data da publicação do aviso de abertura nos jornais.

## **12. APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS:**

12.1. A apresentação das candidaturas deve ser, obrigatoriamente, formalizada mediante preenchimento de requerimento próprio, conforme anexo I, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Curriculum vitae detalhado;
- b) Diploma/certificado de habilitações
- c) Declaração de cumprimento dos requisitos de admissão, conforme anexo II;
- d) Documentos comprovativos de formação;
- e) Documentos comprovativos da experiência profissional;
- f) Outros documentos comprovativos considerados relevantes;

12.2. O requerimento e os documentos acima referidos devem ser remetidos exclusivamente para o seguinte endereço de correio eletrónico: [aviso-drh-08-2024@ipca.pt.](mailto:aviso-drh-08-2024@ipca.pt), indicando no assunto a referência Refª TS – Técnico Superior ETESP.

De forma a garantir a leitura de todos os documentos o formato preferencial de gravação é o Portable Drive Format (.pdf). O nome/designação dos ficheiros deve ser o mais sucinto/curto possível, para evitar dificuldades aquando do descarregamento. Não pode conter nenhum dos seguintes caracteres: /, \, |, :, \*, ?, ", > e <.

12.3. A falta de entrega, dentro do prazo, de requerimento com os dados constantes do anexo I e menção explícita da referência do presente Aviso, de certificado de habilitações (em uma das áreas definidas ou em outra área desde que seja comprovada a experiência profissional de *curriculum vitae*) e de declaração conforme anexo II, determinam a exclusão do processo de recrutamento e seleção;

12.4. A não entrega, dentro do prazo de candidatura, dos documentos comprovativos dos factos referidos no curriculum vitae (comprovativos de formação e experiência profissional), implica que os mesmos não sejam considerados.

## **13. COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO:**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 21.º do Regulamento acima referido, o membro do júri que substitui o Presidente, nas suas faltas e impedimentos, é o 1.º vogal efetivo.

### Presidente:

Cláudia Maria de Pinho Ribeiro Nogueira Rodrigues, Professora Adjunta Convidada na Escola Técnica Superior Profissional

### Vogais efetivos:

1.º Vogal: Maria José Silva Caldas, Chefe de Divisão da Escola Técnica Superior Profissional

2.º Vogal: Domingos Carlos de Lemos Martins, Professor Adjunto na Escola Superior de Gestão

### Vogais suplentes:

1.º Vogal suplente: José António da Silva Barradas, Professor Adjunto Convidado na Escola Técnica Superior Profissional

2.º Vogal suplente: Ana Luísa Almeida Castel Branco Cary, Técnica Superior dos Serviços de Informação Documental



#### **14. NOTIFICAÇÕES E REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS:**

14.1. Terminado o prazo para apresentação de candidaturas, o júri procede à verificação dos requisitos de admissão das candidaturas e à elaboração da lista de candidatos admitidos e excluídos;

14.2 Terminada a aplicação dos métodos de seleção, o júri elabora o projeto de lista de ordenação final e a proposta de decisão final, que é notificada, por correio eletrónico, a todos os candidatos para se pronunciarem, nos termos do definido no regulamento interno, nos termos dos artigos 26º e 27º do Regulamento de Carreiras, Recrutamento e Contratação de Pessoal Técnico e de Gestão do IPCA ao abrigo do Código do Trabalho, e do 121º e 122º Código do Procedimento Administrativo.

#### **15. FORMA DE PUBLICITAÇÃO:**

Os resultados serão publicitados, através de lista ordenada de classificação final obtida, na página de internet do IPCA no link <https://ipca.pt/procedimentos-concursais/pessoal-nao-docente/>.

#### **16. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES**

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

#### **17. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

O tratamento de dados obedece à política de proteção de dados pessoais disponível em: <https://ipca.pt/ipca/apresentacao/o-ipca/politica-de-privacidade-e-protecao-de-dados/>.

#### **18. CESSAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

18.1 O procedimento é válido para a vaga, caducando com a sua ocupação ou por inexistência de candidatos, com exceção do previsto no ponto 9 deste aviso;

18.2 O procedimento pode ainda cessar por ato devidamente fundamentado da Presidente do Politécnico do Cávado e do Ave, por razões de interesse da instituição até antes da notificação da lista de ordenação final aos candidatos admitidos, no âmbito da audiência dos interessados.

**Barcelos, 13 de setembro de 2024**

A Presidente do IPCA - Professora Doutora Maria José Fernandes

ANEXO I

Requerimento

Exma. Senhora Presidente do Instituto Politécnico do  
Cávado e do Ave,

Nome (...), data de nascimento (...), NIF (...), titular do cartão do cidadão nº (...) ou do bilhete de identificação nº (...), residente em (...), Código Postal (...), telemóvel nº (...), endereço de correio eletrónico (...), habilitações literárias (...), vem requerer a V. Ex<sup>ª</sup> se digne aceitar a sua candidatura ao processo de recrutamento e seleção para a carreira/categoria (...), na área (...), em regime de contrato de trabalho, ao abrigo do Código do Trabalho, com a REF.<sup>ª</sup> (...).

O/A requerente declara que todos os factos e elementos constantes na sua candidatura são verdadeiros e, tem ainda, pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão do presente concurso, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Mais declara que aceita que todas as notificações referentes ao procedimento de recrutamento sejam feitas por correio eletrónico, para o endereço do candidato acima indicado.

(Local e data)

(Assinatura)

Anexos:

- *Curriculum vitae* detalhado;
- Diploma/certificado de habilitações;
- Declaração de cumprimento dos requisitos de admissão, conforme anexo II do Aviso;
- Documentos comprovativos de formação;
- Documentos comprovativos da experiência profissional;
- Outros documentos comprovativos considerados relevantes.

ANEXO II

Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Admissão

Exma. Senhora Presidente do Instituto Politécnico do  
Cávado e do Ave,

*(nome completo)*, filho de ... e de ... , *(estado civil)*, *(profissão)*, portador(a) do *(documento de identificação)* *(n.º e validade)*, e do n.º de identificação fiscal ..., nascido(a) a *(data)* em *(localidade de nascimento)*, com morada em *(endereço pessoal ou profissional)*, telefone n.º ... endereço de correio eletrónico ..., declara, sob compromisso de honra, possuir os requisitos gerais de constituição de relação jurídica de emprego ao abrigo do determinado no Regulamento de Carreiras, Recrutamento e Contratação de Pessoal Técnico e de Gestão do IPCA ao abrigo do Código do Trabalho, n.º 304/2019 (2.ª série), publicado no Diário da República n.º 64 de 1 de abril, nomeadamente no que concerne a:

- Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- 18 anos de idade completos;
- Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Declara ainda preencher todos os requisitos de admissão ao presente concurso.

Pede deferimento,

(Local e data)

(Assinatura)